



**P O D E R   J U D I C I Á R I O**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001287-39.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Espécies de Títulos de Crédito**  
 Requerente: **Jog Music Indústria Importação e Exportação de Instrumentos Musicais Ltda**  
 Requerido: **David Vieira de Mello Junior**

**JOG MUSIC INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS LTDA** ajuizou ação contra **DAVID VIEIRA DE MELLO JUNIOR**, pedindo a constituição do título executivo judicial, caso desatendido o mandado monitório, no tocante à obrigação de pagar a importância de R\$ 5.204,52, atinente à duplicata contra ele sacada.

Todas as diligências realizadas visando a citação pessoal do réu restaram infrutíferas.

Citado por edital, o réu não pagou a quantia especificada na petição inicial nem apresentou embargos ao mandado monitório.

Foi-lhe nomeado Curador Especial, que contestou/embargou o pedido por negativa geral.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Dispensável a produção de outras provas.

O pedido monitório está instruído com cópia da duplicata emitida e dos instrumentos de protesto. Tais documentos são hábeis para embasar o ajuizamento da ação monitória.

Por outro lado, cabia ao réu o ônus de provar que o débito não era devido ou que já tivesse ocorrido o pagamento. Ressalta-se que os embargos por negativa geral não têm o condão de afastar a presunção do crédito representado pelos documentos juntados com a petição inicial.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, rejeito os embargos e, em consequência, **acolho o pedido monitório**, julgando constituído o título executivo judicial em favor da autora, no tocante à obrigação do réu de pagar a importância de R\$ 5.204,52, com correção monetária e juros moratórios subsequentes aos já contabilizados na planilha de fl. 04.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da autora, fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de maio de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**